



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/12/2013



ÍNDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. DECISÕES.....	2 - 3
1.3. PRESIDÊNCIA.....	4
2. JORNAL AQUI	
2.1. DECISÕES.....	5 - 6
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLENCIA.....	7 - 8
3.2. CORREGEDOR.....	9 - 10
3.3. DECISÕES.....	11 - 13
4. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
4.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLENCIA.....	14
4.2. DECISÕES.....	15 - 16
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. DECISÕES.....	17 - 23
5.2. DESEMBARGADORES.....	24 - 25
5.3. PRESIDÊNCIA.....	26 - 27
5.4. SEM ASSUNTO.....	28
5.5. VARAS CRIMINAIS.....	29
6. JORNAL EXTRA	
6.1. AÇÕES TJMA.....	30
6.2. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLENCIA.....	31
6.3. DECISÕES.....	32 - 33
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	34 - 35
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. DECISÕES.....	36 - 40
8.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	41 - 44
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	45
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. DECISÕES.....	46 - 54
10.2. PRESIDÊNCIA.....	55
10.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	56 - 57
10.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	58

Servidores da Corregedoria participam de campanha de Natal



Os servidores da Corregedoria Geral da Justiça entregaram mais de 60 presentes à campanha "Papai Noel dos Correios", encampada pelo Tribunal de Justiça. O trabalho no Poder Judiciário foi coordenado pela Assessoria de Comunicação do TJ. Na Corregedoria Geral da Justiça, a Assessoria de Comunicação da CGJ também esteve à frente da campanha. Servidores de todos os setores da CGJ participaram da campanha.

"Essa adesão de todos os setores da CGJ comprova o espírito solidário de nossos servidores e colaboradores. A campanha desenvolvida é digna de aplausos", observou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha. "A gente sempre participa dessa campanha. Fazendo isso, nós ajudamos a quem precisa e fazemos um bem a nós mesmos. Ajudar faz bem ao coração", ressalta a servidora Vilani Neiva.

No total, 206 crianças com idades entre 3 e 6 anos, ma-

triculadas na escola e creche Dayse Linhares de Sousa (Liberdade) e Luís Augusto Monier Alves (Itaqui-Bacanga) serão beneficiadas com as doações recolhidas nos diversos setores do Tribunal, Juizados e Corregedoria Geral.

O repasse dos brinquedos aos Correios acontecerá no dia 17 de dezembro (terça-feira), às 9 horas, na sede do TJMA. Na mesma data, as crianças que escreveram as cartinhas serão presenteadas em suas respectivas escolas. A entrega será feita por servidores do Judiciário e pelo Papai Noel. Os padrinhos que desejarem poderão participar do evento.

Este é o segundo ano que, oficialmente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Corregedoria Geral (CGJ) se engajam na campanha, com o apoio dos servidores e magistrados. Em 2012, foram presenteados alunos da Escola Municipal Justo Jansen (Centro), com bicicletas, bonecas, carros, jogos e roupas.

TJMA CONDENAS EMPRESA AÉREA ESPANHOLA A INDENIZAR PASSAGEIRAS POR ATRASO EM VOO

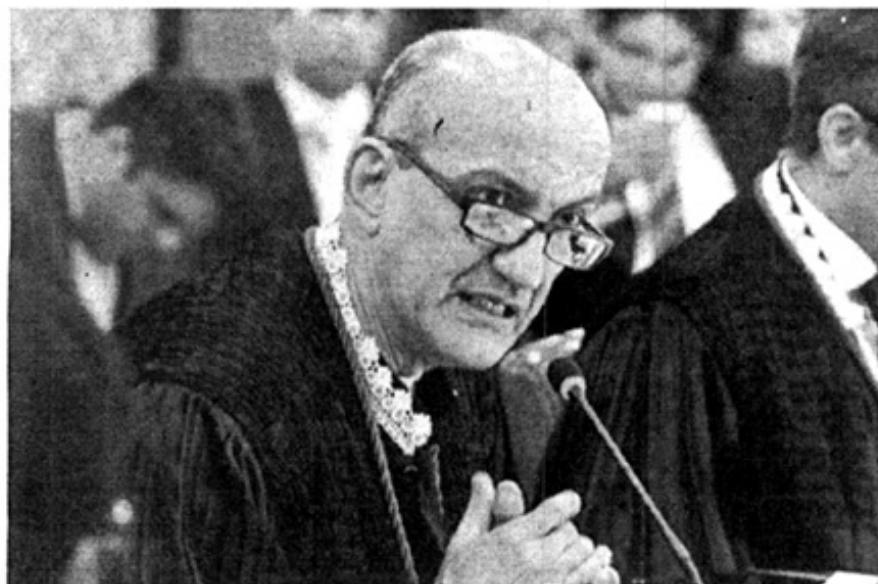


A empresa aérea espanhola Iberia terá que indenizar seis passageiras, por danos morais, em razão de atraso de 24 horas no voo que as levaria para a cidade de Madri, em junho de 2010. A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância, que condenou a companhia a pagar R\$ 10 mil para cada cliente, totalizando R\$ 60 mil.

Na ação movida pelas seis amigas na Justiça de 1º grau, elas disseram que viajaram de São Luís para o Rio de Janeiro, local de embarque do voo para a capital espanhola, que estava marcado para as 19h25 do dia 8 de junho de 2010:

As passageiras contaram que a empresa cancelou o voo e todas tiveram que pernoitar no Rio. Alegaram que, por conta disso, perderam dois dias de viagem e passeios pela Europa. Consideraram ter passado por situações de sofrimento, humilhação, dor e revolta.

PACIENTE COM CÂNCER GANHA DIREITO A ISENÇÃO NO IMPOSTO DE RENDA



O Estado do Maranhão e o Município de São Luís terão que suspender os descontos de Imposto de Renda sobre os vencimentos de uma paciente com câncer, bem como devolver os valores do mencionado imposto pagos nos últimos cinco anos. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença da 5ª Vara Cível de São Luís.

A paciente – que é servidora pública aposentada e exerce atualmente cargo em comissão no Município – ajuizou ação contra os entes públicos, alegando ser isenta do pagamento de imposto de renda em razão de sua condição de portadora de câncer de mama (neoplasia maligna), tendo sofrido intervenção cirúrgica de mastectomia da mama direita.

O Estado e Município recorreram da decisão da 5ª Vara Cível, que mandou suspender os descontos, sustentando que não seriam os legítimos réus da ação, uma vez que a competência tributária sobre o imposto de renda é da União e eles seriam apenas arrecadadores.

DESEMBARGADORA CLEONICE FREIRE SE DESPEDE DA 3ª CÂMARA CÍVEL DO TJMA



A desembargadora Cleonice Freire, presidente eleita do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para o biênio 2014/2015, despediu-se ontem da 3ª Câmara Cível, onde atuava desde 1999, afastando-se apenas em 2010 e 2011 para assumir a vice-presidência da Corte, e em 2012 quando integrou a 1ª Câmara Criminal.

Os desembargadores membros da Câmara, Lourival Serejo e Jamil Gedeon, e a procuradora de Justiça, Thêmis Pacheco, desejaram sucesso à desembargadora no novo desafio profissional.

►COMPLICOU!◀

SEM CARRINHOS E SEM ÔNIBUS

**Motoristas de táxi-lotação interditam
Avenida dos Portugueses e deixam a
população na mão. Para entrar ou sair nos
bairros da área Itaqui-Bacanga, somente a pé**

GILSON TEIXEIRA/OMPA/DIAPRESS



►CIDADES 5



QUEM PRETENDIA DEIXAR OU CHEGAR AOS BAIRROS
TEVE QUE FAZER LONGAS CAMINHADAS

AVENIDA FECHADA

Pela terceira vez nos últimos dias, manifestantes interditam a Barragem do Bacanga. Agora, foram os motoristas dos "carrinhos" que realizaram protesto

JOELLSON BRAGA

Assim como haviam prometido na semana passada, na manhã desta segunda-feira, 16, profissionais que atuam no transporte de pessoas, nos táxi-lotação, apelidados de "carrinhos", interditaram a Avenida dos Portugueses, nas proximidades da Barragem do Bacanga. O ato foi em protesto à determinação da Justiça em tornar a atividade ilegal, após a desembargadora Nelma Sarney cassar liminar que autorizava os serviços de transporte. A suspensão foi determinada pela desembargadora, em sessão do Tribunal de Justiça

do Maranhão, na última terça-feira. O protesto terminou no fim da manhã. Com a liberação da avenida, o trânsito voltou a fluir normalmente nos dois sentidos da via. Os manifestantes só puseram fim ao ato com a chegada de um representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

Logo nas primeiras horas da manhã desta segunda-feira, 16, a via, que é um dos principais acessos à área Itaqui-Bacanga, onde residem cerca de 200 mil pessoas, foi fechada. Os manifestantes atearam fogo em pneus e madeiras e impediram que milhares de profissionais

se locomovessem com destino aos locais de trabalho. Era exigida a presença de um representante da prefeitura. O clima ficou tenso porque os manifestantes, impacientes com a falta de resposta do poder público ameaçavam ampliar o protesto fechando a BR-135, proximidades da Vila Maranhão, única entrada da capital, por via terrestre.

Durante a manifestação, algumas pessoas tentavam furar o bloqueio, mas eram impedidas e a todo instante um princípio de confusão se forma. Os manifestantes somente permitam a passagem de ambulâncias.

Longas caminhadas atrás de transporte

Usuários do transporte coletivo que estavam em ônibus com destino ao Centro da capital tiveram que descer dos veículos e atravessar a barragem a pé, até o bairro Madre Deus, onde

podiam pegar um transporte. Muitos reclamavam. "É um desrespeito. Agora, quase todo dia tem gente fechando a avenida e a gente é quem sofre com isso", disse o autônomo José de

Oliveira. Mas tinha pessoas favoráveis à manifestação. "Não estão deixando os caras trabalharem. Eles são pais de família. Aí dá nisso", observou o pintor Antônio de Almeida.

Subiu 267% o número de mortes por armas de fogo em São Luís

Em dez anos, subiu 267% o número de mortes por armas de fogo na capital maranhense. Os dados são do Mapa da Violência 2013, organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, e colocam São Luís em primeiro lugar, entre todas as capitais brasileiras. Em relação ao número de homicídios em geral, na mesma década, a evolução da violência é ainda maior: aumento de 344% de vítimas.

Para discutir esse tema e propor ações coordenadas que combatam a violência, o Ministério Público do Maranhão vai promover na próxima quarta-feira, 18, às 14h30, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, a audiência pública "Os números da criminalidade na Grande São Luís". O evento é organizado pelo promotor de justiça José Cláudio Cabral Marques, que é coordenador do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) do MP-MA.

A evolução da criminalidade pode ser medida também pelo número de assaltos a coletivos. Foram registrados,



em 2012, 260 assaltos na Região Metropolitana de São Luís. Em 2013, sem contabilizar o mês de dezembro, o número subiu para 530, totalizando aumento de 103%. "A situação é muito grave e requer um esforço conjunto das instituições e do Poder Público para combater o problema", avalia Cabral.

Segundo pesquisa realizada pelo CAOp-CEAP, no Instituto Médico Legal (IML), de 2010 a 2013, o número de homicídios também aumentou. Em 2010, foram registrados 535 homicídios; em 2011, 655; em 2012, 687; e em 2013, dados contabilizados até novembro, registram 848 assassinatos.

Uma das propostas que será lançada pelo MP-MA, na audiência, é a criação do Observatório da Violência, em parceria com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Uniceuma.

MPMA promove audiência pública sobre aumento da criminalidade

São Luís registrou o aumento de 267% no número de mortes por armas de fogo dos anos de 2000 a 2010. Os dados são do Mapa da Violência 2013, organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, e colocam a capital maranhense em primeiro lugar, entre todas as capitais brasileiras. Em relação ao número de homicídios em geral, na mesma década, a evolução da violência é ainda maior: aumento de 344% de vítimas.

Para discutir esse tema e propor ações coordenadas que combatam a violência, o Ministério Público do Maranhão vai promover na próxima quarta-feira, 18, às 14h30, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, a audiência pública "Os números da criminalidade na Grande São Luís". O evento é organizado pelo promotor de justiça José Cláudio Cabral Marques, que é coordenador do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) do MPMA.

A evolução da criminalida-

de pode ser medida também pelo número de assaltos a coletivos. Foram registrados, em 2012, 260 assaltos na Região Metropolitana de São Luís. Em 2013, sem contabilizar o mês de dezembro, o número subiu para 530, totalizando aumento de 103%. "A situação é muito grave e requer um esforço conjunto das instituições e do Poder Público para combater o problema", avalia Cabral.

Segundo pesquisa realizada pelo CAOp-CEAP, no Instituto Médico Legal (IML), de 2010 a 2013, o número de homicídios também aumentou. Em 2010, foram registrados 535 homicídios; em 2011, 655; em 2012, 687; e em 2013, dados contabilizados até novembro, registram 848 assassinatos.

Uma das propostas que será lançada pelo MPMA, na audiência, é a criação do Observatório da Violência, em parceria com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Uniceuma.



Corregedor Cleones Cunha recebe placa especial do FERJ

A diretoria do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERJ) entregou na manhã desta segunda-feira (16) uma placa especial ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha. A placa agradece o apoio e homenageia a gestão do desembargador frente à Corregedoria Geral da Justiça. A entrega da placa foi feita no gabinete do corregedor, na sede da CGJ. PÁGINA 3

Corregedor Cleones Cunha recebe placa especial do FERJ

A diretoria do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERJ) entregou na manhã desta segunda-feira (16) uma placa especial ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha. A placa agradece o apoio e homenageia a gestão do desembargador frente à Corregedoria Geral da Justiça. A entrega da placa foi feita no gabinete do corregedor, na sede da CGJ.

De acordo com Celerita Dinorah, diretora do FERJ, "a placa traduz, na verdade, todo o nosso agradecimento ao desembargador Cleones pelo apoio irrestrito dispensado ao FERJ. Ele sempre nos auxiliou, inclusive, no que diz respeito à legislação, contribuindo para o crescimento do setor. O apoio dele ajudou para que o FERJ se tornasse um setor fundamental na composição do Poder Judiciário".

"Recebo essa placa como uma forma de carinho, como uma homenagem ao trabalho da CGJ como um todo. Homenagens como essa nos passam a idéia de que cumprimos com o nosso dever de uma forma satisfatória", destacou Cleones Cunha, agradecendo à diretoria do FERJ. Além de Celerita Dinorah, participaram da entrega da placa os servidores Francisca

Célia (coordenadora do FERJ), José de Ribamar Segundo (chefe da divisão de arrecadação), José Soares Cutrim (chefe da divisão de fiscalização), e Ricardo Gomes Castro (assessor jurídico do FERJ).

Sobre o FERJ - O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ foi criado pela lei complementar estadual nº. 48/2000, regulamentada pela Resolução 27/2000, posteriormente alterada pela Resolução nº. 02/2001 do Tribunal de Justiça, e tem por finalidade arrecadar as custas judiciais e 12 % dos emolumentos extrajudiciais, estipulados por lei, transformando estes, em meios que possibilitem ao Poder Judiciário atender de forma satisfatória e eficiente a população.

As receitas provenientes dessas serventias destinam-se, entre outros, a subsidiar as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários; implementação de tecnologias de controle da tramitação dos feitos judiciais, com o uso da informática, microfilmagem e reprografia, objetivando a obtenção de maior celeridade, eficiência e segurança da prestação jurisdicional.



Cleones Cunha, ao centro, recebe placa das mãos da diretora do FERJ, Celerita Dinorah

REGULARIZAÇÃO

TAXISTAS-LOTAÇÃO BLOQUEIAM O BACANGA E PROMOVEM BADERNA



Depois de mais de quatro horas de interdição, os proprietários de táxi-lotação (pirata) resolveram liberar o trânsito na Avenida dos Portugueses, na manhã de ontem. A liberação ocorreu de forma total no sentido Centro/Itaqui-Bacanga. Já no sentido Itaqui-Bacanga/Centro, o trânsito foi liberado, mas ainda permaneceu lento por mais de uma hora. Houve baderna e hoje representantes da categoria serão recebidos na SMTT. PÁGINA 3

 REGULARIZAÇÃO

Taxistas-lotação bloqueiam o Bacanga em busca de direitos

Depois de mais de quatro horas de interdição, os proprietários de táxi-lotação resolveram liberar o trânsito na Avenida dos Portugueses, na manhã de ontem. A liberação ocorreu de forma total no sentido Centro/Itaqui-Bacanga. Já no sentido Itaqui-Bacanga/Centro, o trânsito foi liberado, mas ainda permaneceu lento por mais de uma hora.

O protesto tem como objetivo protestar contra a suspensão das atividades da cooperativa de táxi-lotação que atua na Área

Itaqui-Bacanga. A suspensão foi determinada pela desembargadora Nelma Sarney, em sessão do Tribunal de Justiça do Maranhão, na última terça-feira (10/12).

A manifestação interditou os dois sentidos da Avenida dos Portugueses, na Barragem do Bacanga. Para isso, eles colocaram galhos de



árvores e sucatas de veículos, no meio da rua, além de queimados. A Polícia Militar esteve no local durante todo o protesto e ajudou a evitar que incidentes maiores ocorressem, principalmente quando por duas vezes, motoqueiros tentaram passar pelo bloqueio feito pelos manifestantes.

Uma reunião entre representantes da Cooperativa do Serviço de Táxi-lotação da

Área Itaqui-Bacanga (Coopertaib) e da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), nesta terça-feira (17/12), às 9h, vai definir os rumos da reivindicação da categoria, que pede a regulamentação do serviço de transporte alternativo na região.

A reunião foi acertada no fim da manhã desta segunda-feira (16/12), quando representantes dos proprietários

de táxi-lotação foram recebidos no Palácio Henrique De La Roche, o que pôs fim ao protesto realizado pela categoria, que interditou a Avenida dos Portugueses, na altura da Barragem do Bacanga.

De acordo com o presidente da Coopertaib, Vanderlan Pinto, somente após o término da reunião desta terça-feira, a categoria vai definir sobre novos protestos.

"Vamos esperar essa reunião com a SMTT, caso eles não nos dêem garantia de atender nossa reivindicação, vamos continuar os protestos", comentou.

Os proprietários de táxi-lotação reivindicam a regulamentação do serviço pela prefeitura. O serviço foi suspenso por determinação da desembargadora Nelma Sarney, em sessão do Tribunal de Justiça do Maranhão, na última terça-feira (10/12).

REGULAMENTAÇÃO

Serviço de táxi-lotação será discutido entre SMTT e cooperativa

Uma reunião entre representantes da Cooperativa do Serviço de Táxi-lotação da Área Itaqui-Bacanga (Coopertaib) e da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), nesta terça-feira (17/12), às 9h, vai definir os rumos da reivindicação da categoria, que pede a regulamentação do serviço de transporte alternativo na região.

A reunião foi acertada no fim da manhã desta segunda-feira (16/12), quando representantes dos proprietários de táxi-lotação foram recebidos no Palácio Henrique De La Roche, o que pôs fim ao protesto realizado pela categoria, que interditou a Avenida dos Portugueses, na altura da Barragem do Bacanga.

De acordo com o presidente da Coopertaib, Vanderlan Pinto, somente após o término da reunião desta terça-feira, a categoria vai definir sobre novos protestos.

"Vamos esperar essa reunião com a SMTT, caso eles não nos dêem garantia de atender nossa reivindicação, vamos continuar os protestos", comentou.

Os proprietários de táxi-lotação reivindicam a regulamentação do serviço pela prefeitura. O serviço foi suspenso por determinação da desembargadora Nelma Sarney, em sessão do Tribunal de Justiça do Maranhão, na última terça-feira (10/12).

O protesto foi realizado por representantes do serviço de táxi-lotação que atua na região e interditou as duas vias na altura da Barragem do Bacanga, em São Luís.

O protesto teve como objetivo protestar contra a suspensão das atividades de uma cooperativa de táxi-lotação que atua na Área Itaqui-Bacanga. A suspensão foi determinada pela desembargadora Nelma Sarney, em sessão do Tribunal de Justiça do Maranhão, na última terça-feira (10/12).

Os manifestantes exigiam a presença de um representante da prefeitura, e ameaçavam ampliar o protesto fechando a entrada da Vila Maranhão, ainda prometeram manter os protestos diariamente até que a cooperativa da categoria seja regularizada. Os manifestantes permitiam a passagem apenas de ambulâncias.

Assim como ocorreu nos últimos protestos na região, quando estudantes da UFMA fecharam a Avenida dos Portugueses em protesto por um residência universitária, os passageiros do transporte coletivo tiveram que descer dos ônibus e atravessar a Barragem do Bacanga a pé.

Protestos e interdição



Manifestantes fecharam os dois sentidos da avenida dos Portugueses, nas imediações da Barragem do Bacanga

MPMA promove audiência sobre aumento da criminalidade

São Luís registrou o aumento de 267% no número de mortes por armas de fogo dos anos de 2000 a 2010. Os dados são do Mapa da Violência 2013, organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, e colocam a capital maranhense em primeiro lugar, entre todas as capitais brasileiras. Em relação ao número de homicídios em geral, na mesma década, a evolução da violência é ainda maior: aumento de 344% de vítimas.

Para discutir esse tema e propor ações coordenadas que combatam a violência, o Ministério Público do Maranhão vai promover na amanhã, quarta-feira, 18, às 14h30, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, a audiência pública "Os números da criminalidade na Grande São Luís". O evento é organizado pelo promotor de justiça José Cláudio Cabral Marques, que é coordenador do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) do MPMA.

A evolução da criminalidade

pode ser medida também pelo número de assaltos a coletivos. Foram registrados, em 2012, 260 assaltos na Região Metropolitana de São Luís. Em 2013, sem contabilizar o mês de dezembro, o número subiu para 530, totalizando aumento de 103%. "A situação é muito grave e requer um esforço conjunto das instituições e do Poder Público para combater o problema", avalia Cabral.

Segundo pesquisa realizada pelo CAOp-CEAP, no Instituto Médico Legal (IML), de 2010 a 2013, o número de homicídios também aumentou. Em 2010, foram registrados 535 homicídios; em 2011, 655; em 2012, 687; e em 2013, dados contabilizados até novembro, registram 848 assassinatos.

Uma das propostas que será lançada pelo MPMA, na audiência, é a criação do Observatório da Violência, em parceria com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Uniceuma.

Paciente com câncer terá direito a isenção no Imposto de Renda

O Estado do Maranhão e o Município de São Luís terão que suspender os descontos de Imposto de Renda sobre os vencimentos de uma paciente com câncer, bem como devolver os valores do mencionado imposto pagos nos últimos cinco anos. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença da 5ª Vara Cível de São Luís.

A paciente - que é servidora pública aposentada e exerce atualmente cargo em comissão no Município - ajuizou ação contra os entes públicos, alegando ser isenta do pagamento de imposto de renda em razão de sua condição de portadora de câncer de mama (neoplasia maligna), tendo sofrido intervenção cirúrgica de mastectomia da mama direita.

O Estado e Município recorreram da decisão da 5ª Vara Cível, que mandou suspender os descontos, sustentando que não seriam os legítimos réus da ação, uma vez que a competência tributária sobre o imposto

de renda é da União e eles seriam apenas arrecadadores.

O desembargador Marcelo Carvalho, relator dos recursos, considerou entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) e ressaltou que, apesar da competência federal, o Estado e Município são os destinatários dos recursos por eles arrecadados a título de imposto de renda, realizando o recolhimento em seu próprio favor.

"Em realizando desconto indevido do tributo, tendo dele se aproveitado, devem figurar na ação onde o contribuinte pretende a isenção/e ou restituição", avaliou o desembargador.

Carvalho também afastou a alegação do Estado - de que o magistrado julgou o processo antecipadamente e não exigiu perícia médica para prova da doença -, entendendo que os laudos médicos apresentados foram suficientes ao convencimento do juiz quanto à existência do câncer.

Ao final, o relator sustentou



O desembargador Marcelo Carvalho foi o relator dos recursos isonomia, e destacou também a evolução do contexto sócio-jurídico ao longo dos 25 anos de edição da Lei 7.713/88 e objetivo na norma legal, que é de contribuir com os gastos do servidor com atendimento médico, exames, e medicações.

DIVERGÊNCIA - Quanto ao tributo pago ao Município, Carvalho também isentou a servidora, divergindo do entendimento do STJ de que a isenção não se aplicaria a servidores públicos ainda em atividade.

Ele entendeu que a questão envolve a preservação da vida, dignidade da pessoa humana e

"Para fins de respeito aos princípios constitucionais, a isenção há de ser aplicada independentemente da circunstância de o servidor público encontrar-se na inatividade ou no exercício regular de suas atividades", justificou.

FIM DA INTERDIÇÃO **Avenida dos Portugueses é liberada após protesto**

O protesto na área Itaqui-Baganga, que esatava bloqueando a Avenida dos Portugueses, terminou no fim da manhã de segunda-feira (16). O trânsito voltou a fluir normalmente nos dois sentidos da via. Os manifestantes só liberaram a avenida após a chegada de um representante da Secretaria Municipal de Trânsito

e Transportes.

O protesto ocorreu após a suspensão das atividades de uma cooperativa de táxi-lotação que atua na região. A decisão foi tomada pela desembargadora Nelma Sarney, em sessão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, nessa terça-feira (10), e é procedente

de um recurso interposto pela Prefeitura de São Luís.

A decisão afirma que, para que o serviço funcione, é necessária regulamentação da prefeitura. E já que se trata de uma concessão pública, tem de passar por todos os trâmites administrativos e judiciais, incluindo abertura de licitação. A desembargadora

também entendeu que a Prefeitura não tem direito de recolher veículos que praticam essa atividade e de cobrar multas para que sejam liberados.

Foi agendada para esta terça-feira (17) uma reunião na sede da SMTT para discutir a pauta de reivindicações dos motoristas de táxi-lotação de São Luís.

OAB quer discutir com o TJMA decisão judicial sobre o seguro DPVAT

De acordo com a Ordem dos Advogados, serão discutidas a aplicabilidade da tabela do seguro e a postulação administrativa antes do ajuizamento da ação



Reunião ocorrida ontem, na sede da Ordem dos Advogados do Maranhão, que tratou das ações que envolvem a cobrança do DPVAT

A Ordem dos Advogados do Brasil Secção Maranhão (OAB/MA) vai requerer uma audiência com a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA) para discutir a decisão judicial, segundo a qual, para as ações que envolvam cobrança do seguro por Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre (DPVAT), torna-se indispensável a comprovação da existência de requerimento administrativo prévio como forma de atestar a validade do processo judicial.

Na manhã de ontem, advogados securitários se reuniram com Mário Macieira, presidente da OAB/MA, para discutir a decisão da Turma de Uniformização de Interpretações das Leis do Sistema de Juizados Especiais. Macieira informou, na ocasião, que solicitará uma reunião com a presidência do TJ-MA para discutir a questão.

"Duas questões importantes precisam ser debatidas. A primeira é a aplicabilidade da tabela e a outra é a postulação administrativa antes do ajuizamento da ação", informou. A reunião deverá acontecer depois do dia 20, data em que a desembargadora Cleonice Freire, presidente eleita do TJ-MA para o biênio 2014/2015, assume a função.

A reunião com Macieira foi solicitada porque, segundo a nova

interpretação da Turma de Uniformização de Interpretações das Leis do Sistema de Juizados Especiais, aproximadamente 30 mil ações em trâmite no Judiciário Estadual serão arquivadas. Segundo os advogados securitários do estado, esta decisão ocasionará prejuízos irreparáveis aos acidentados que pleiteiam o reconhecimento de seu direito pela via judicial.

Para eles, a exigência de requerimento administrativo prévio para o ingresso da ação judicial se mostra uma exigência inconstitucional, configurando o exercício negativo da jurisdição, ocasionando o fechamento das portas do Poder Judiciário aos anseios sociais. Eles também criticam o fato da decisão ter sido tomada em sessão sem a presença de representantes da sociedade civil.

Decisões judiciais - De acordo com o advogado Ivaldo Castelo Branco, que há 15 anos atua na área de seguros, há decisões judiciais em instâncias superiores do judiciário que vão de encontro ao entendimento da Turma de Uniformização de Interpretações das Leis do Sistema de Juizados Especiais. "Tanto o Superior Tribunal de Justiça quanto o Superior Tribunal Federal têm ações com entendimento diferente do proferido no estado, por isso acreditamos que temos que fazer algo para garantir

os direitos do cidadão", afirmou.

Outra crítica dos advogados securitários diz respeito à tabela, que feriria o princípio da dignidade da pessoa humana, outro fundamento constitucional. A crítica refere-se ao fato de a tabela, elaborada pela Segurado Líder, determinar valores percentuais para cada membro do corpo das vítimas de acidentes de trânsito que fiquem com alguma sequelha. Para os advogados, a tabela atende apenas aos interesses econômicos da seguradora, que pagaria apenas o valor administrativo previamente estabelecido em vez de não efetuar o pagamento integral ao seu segurado e se apropriar da diferença devida à vítima do acidente de trânsito.

Por exemplo, um cidadão que, em decorrência de acidente de trânsito, sofra perda integral do seu braço, se fizer requerimento administrativo (por exemplo, via Correios), esse cidadão receberia no máximo R\$ 1.350,00, conforme tabela confeccionada pela Seguradora. Já se o autor pleitear o seu direito pela via judicial, o mesmo poderia alcançar a quantia de R\$ 13.500,00, ainda acrescidos de juros, correção e atualização monetária.

Os advogados securitários mencionam ainda que, em maio de 2007, entrou em vigor a Lei nº. 11.482/2007, determinando que o valor do seguro DPVAT alcan-

Mais

O seguro por Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, ou DPVAT, é obrigatório por lei (6.194/74) e utilizado para indenizar vítimas de acidentes de trânsito causados por veículos motorizados que circulam por terra ou por asfalto. Toda pessoa que sofre um acidente (seja motorista, passageiro do veículo ou pedestre) tem direito a ser indenizada.

ria a quantia máxima de R\$ 13.500,00, alterando a Lei nº. 6.194/74, que determinava o pagamento de 40 salários mínimos, desta forma, desde 2007 o valor do seguro DPVAT encontra-se inconstitucionalmente congelado, ocasionando prejuízos irreparáveis aos acidentados.

Para os advogados, as modificações legais têm o objetivo de capitalizar as Seguradoras, ao permitir que elas arrecadem o DPVAT, mas, na prática, não paguem as indenizações para as vítimas de acidentes de trânsito. Por isso, foi convocada reunião para a segunda-feira, dia 16, entre advogados securitários e Mário Macieira para definirem ações que garantam os direitos das vítimas de acidentes de trânsito.

ASSALTANTES SÃO PRESOS EM AÇÕES DA POLÍCIA NA CIDADE DE IMPERATRIZ

Assaltantes são presos em ações da polícia na cidade de Imperatriz

Três dos seis bandidos capturados integravam quadrilha responsável pelos assaltos aos Correios nas cidades de Montes Altos, Sítio Novo e Lajeado Novo; Serviço de Inteligência da SSP, a PF e a PM participaram das operações

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

O Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SI-SSP) do Maranhão, em ação conjunta com a Polícia Federal, conseguiu prender na manhã de ontem, na cidade de Imperatriz, três homens suspeitos de participação nos assaltos às agências dos Correios nas cidades de Montes Altos, Sítio Novo e Lajeado Novo, crimes ocorridos em 2012 e este ano. Um dos quadrilheiros, segundo a Polícia Civil, foi localizado em casa, enquanto os demais foram localizados em uma chácara.

Quem primeiro foi preso na operação policial foi o piauiense Francisco de Assis da Silva Lima, conhecido como *Caíque*, de 46 anos, natural de Amarante-PI. Ele foi localizado em sua casa, no bairro Santa Rita, e reconhecido como integrante da quadrilha que há uma semana também assaltou a agência dos Correios na cidade de Sítio Novo. O assaltante é também suspeito de participação no assalto aos Correios em Lajeado Novo, em novembro.

"A prisão do suspeito se deu por força de um mandado de prisão expedido no dia 4 de setembro de 2012, pelo juiz José Magno Linhares Moraes, da 2ª Vara Criminal Federal de São Luís, pelo envolvimento no assalto aos Correios em Montes Altos. Além destes ataques aos postos da instituição postal, Caíque tem condenação por roubo na cidade de Araguaína, no estado do Tocantins", informou o delegado Tia-



Eduardo Pereira, Caíque e Jardeilson Macedo presos com uma pistola (detalhe)

Mais

Os acusados de participação nos assaltos às agências dos Correios nas cidades de Montes Altos, Sítio Novo e Lajeado Novo, foram autuados em flagrante pelos crimes de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, assalto e formação de quadrilha. Com a Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), o Serviço de Inteligência da SSP agora tenta identificar outros possíveis integrantes da quadrilha, responsável por assaltos em outros estados.

go Bardal.

O chefe do SI da SSP, em Imperatriz, informou que o assaltante foi apresentado na 10ª Delegacia Regional de Imperatriz, onde permanece custodiado à disposição da Justiça Federal. Já no fim da tarde, a operação se es-

tendeu, após a informação de que pelo menos outros dois integrantes da quadrilha de Caíque estariam escondidos em uma chácara, às margens da BR-010. A polícia montou campanha e confirmou a informação.

Na propriedade, foram presos

ASSALTANTES SÃO PRESOS EM AÇÕES DA POLÍCIA NA CIDADE DE IMPERATRIZ

Fotos/Divulgação



Eri Silva Mateus, Edgian Vitorino e Kleyrson Luis e o material apreendido (detalhe)

Eduardo Pereira Vale, de 23 anos, e Jardeilton Macedo Ferreira, de 20 anos. Com eles, a polícia apreendeu uma pistola calibre ponto 45, de uso restrito. "Montamos a campanha, logo após a informação do local onde os quadrilheiros supostamente estariam alojados. Flagramos os dois chegando ao imóvel, carregando uma sacola com a arma de fogo que foi apreendida", completou o delegado.

Moto - Outra operação policial realizada em Imperatriz, na tarde de domingo (15), foi coordenada pelo 3º Batalhão da Polícia Militar. Outros três homens sus-

peitos de praticar assaltos na Região Tocantina foram autuados em flagrante, após serem presos no bairro Nova Imperatriz. Nessa segunda ocorrência, foram presos Eri Silva Mateus, de 23 anos; Edgian Vitorino da Silva e Kleyrson Luis Silva Pereira, ambos de 20 anos.

"Eles são acusados de envolvimento em crimes de roubos e receptação dolosa, na região. A prisão aconteceu depois que três mulheres foram assaltadas no Centro e no bairro Nova Imperatriz. As vítimas informaram à polícia que haviam sido assaltadas por um casal, em uma moto modelo Honda Titan vermelha, e

uma delas teve o cuidado de anotar a placa do veículo", informou o major Brito Júnior, subcomandante do 3º BPM.

Por meio da placa, a PM conseguiu identificar e localizar o proprietário do veículo e acabou prendendo os três suspeitos, mas não localizou a mulher que era quem anunciava os assaltos. Com os três, foram apreendidos três aparelhos celulares que tinham sido tomados das vítimas. Todos foram conduzidos e apresentados no Plantão Central da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz e autuados em flagrante pelos crimes de roubo e formação de quadrilha.



Motociclistas ficaram parados na Avenida dos Portugueses ontem em protesto de motoristas de táxi-lotação contra a cassação da liminar que autorizava o serviço na área Itaqui-Bacanga. A interdição durou mais de cinco horas. **Cidades 1**



Manifestantes e pessoas que querem trafegar na via se confrontam diante de barreira



Pessoas atravessam Avenida dos Portugueses a pé por causa de protesto realizado na via

Área para reassentamento de Piquiá será desapropriada

Moradores de bairro poluído de Açaílândia comemoram mais um avanço para a mudança

AÇAILÂNDIA - Os moradores de Piquiá de Baixo comemoram mais uma vitória. O juiz Ângelo dos Santos emitiu a sentença de desapropriação do terreno para onde serão reassentadas 312 famílias do bairro, por não terem mais condições de sobreviver em meio à poluição das siderúrgicas instaladas aos arredores das casas.

A sentença estipulou em R\$ 1 milhão como indenização do terreno, que está localizado às margens da BR-222, próximo ao posto da Polícia Federal de Açaílândia.

Com isso, chega-se à definição da discussão em âmbito Judiciário e a Prefeitura poderá desde já regularizar a propriedade do terreno, para

em seguida transferi-lo à Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá.

Enquanto aguardava a sentença, a associação já estava com o projeto urbanístico e habitacional elaborado, prestes a ser aprovado pela Caixa Econômica Federal para financiamento pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

Os moradores encaram a conquista definitiva do terreno com grande alegria, pois o avanço para o início da construção das novas moradias é grande. Para celebrar esse momento, na quinta (12), às 15h30, os moradores do bairro instalaram no novo terreno conquistado uma placa em nome da associação comunitária.

Apoio - Os moradores comemoram também o apoio político da Câmara Municipal de Açaílândia. Na quarta-feira (11), à noite, a Casa aprovou o Plano

Plurianual de orçamento do Município, no qual por moção aprovada em unanimidade, está sendo inserido um recurso específico para o reassentamento do Piquiá de Baixo.

Na manhã de quinta-feira (12), membros da Associação Comunitária de Moradores de Piquiá de Baixo reuniram-se com vereadores para solicitar o apoio formal do Legislativo e definir uma reunião, a ser realizada na próxima semana, com as secretarias municipais que virão a ser interessadas no processo de construção do bairro.

Nessa mesma quinta, à noite, a Associação de Moradores do Piquiá encontrará as diretorias da Associação Comercial e Industrial de Açaílândia (ACIA), do Sindicato do Comércio Varejista (Sica) e da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Açaílândia (CDL) para estipular parcerias e debater sobre futuras instalações no novo bairro.

- **As desembargadoras** Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney tomarão posse sexta-feira (20), em sessão solene, às 10h, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

Livro aborda direito familiar

Desembargador Lourival Serejo lança o livro *Direito Constitucional da Família*; novo modelo familiar é contemplado na publicação

Direito Constitucional da Família é o título do livro que o desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Lourival Serejo, lança hoje, às 17h no Salão Nobre do TJMA (Praça Pedro II, Centro). Trata-se da terceira edição atualizada do livro que tem o intuito de analisar o Direito de Família na perspectiva constitucional e difundir as transformações com a evolução da jurisprudência.

Sobre esta edição, o desembargador destaca que são edições com conteúdos diferentes, embora todas mantenham o projeto da obra, que é estudar o Direito de Família na perspectiva constitucional. "A primeira edição, de 1994, refutava as inconstitucionalidades do Código Civil de 1916. A segunda, publicada em 2004, adaptou o livro ao novo Código Civil Brasileiro de 2003 e esta última versão (2013) é uma adequação à evolução da jurisprudência marcadada pelas grandes inovações no Direito de Família verificadas nos últimos anos", ressalta.

O desembargador frisa ainda que o livro contempla a nova emenda constitucional do divórcio direto, união estável homoafetiva e casamento homoafetivo.

Mudanças - Nos últimos anos o Direito de Família foi reformulado, passando a destacar a

igualdade de direitos entre homens e mulheres, isonomia conjugal, legitimação de todos os filhos e reconhecimento das representações sociais da família, dando legitimidade a todas elas.

Para o presidente do IBD-FAM (Instituto Brasileiro de Direito da Família) e autor do prefácio do livro, Rodrigo da Cunha Pereira, "mesmo com o Código Civil, que entrou em vigor em janeiro de 2003, muitos princípios constitucionais continuaram não contemplados pelas regras desse 'novo' diploma legal. Daí a importância de se pensar, escrever e estruturar um Direito Constitucional de Família", salienta Pereira.

Rodrigo Pereira destacou que o desembargador maranhense, ex-presidente do IBD-FAM-MA, foi pioneiro em organizar o Direito Constitucional da Família, transformando-o em livro.



Serviço

• O quê

Lançamento do livro *Direito Constitucional da Família*, de Lourival Serejo

• Quando

Hoje, às 17h

• Onde

Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão

Estado Maior

Cleonice Freire deixa Câmara para presidir TJ

A desembargadora Cleonice Freire se despediu ontem da Câmara Cível para assumir, sexta-feira, a presidência do Tribunal de Justiça, juntamente com as colegas Anildes Cruz e Nelma Sarney, respectivamente vice-presidente e corregedora da Justiça. **Política 3**

Até logo mais

Adesembargadora Cleonice Freire, presidente eleita do Tribunal de Justiça (TJ) para o biênio 2014/2015, despediu-se ontem da 3ª Câmara Cível, onde atuava desde 1999. Ela se afastou por exigência regimental e para assumir o comando do Poder Judiciário no dia 20, sexta-feira.

Na sua fala de despedida, Cleonice Freire enfatizou a importância dos servidores como força e esteio do Judiciário maranhense e lembrou que três mulheres - ela, a desembargadora Anildes Cruz (vice-presidente) e a desembargadora Nelma Sarney (corregedora-geral de Justiça) assumirão o comando da instituição.

- Somos três mulheres de força com origem na magistratura de carreira. Sabemos o que nos espera e vamos conseguir fazer uma gestão compartilhada que atenda as expectativas da Corte e dos servidores - ressaltou.

Os desembargadores membros da Câmara, Lourival Serejo e Jamil Gedeon, e a procuradora de Justiça, Thêmis Pacheco, desejaram sucesso à desembargadora no novo desafio profissional. Gedeon, que já foi presidente, lembrou que Cleonice Freire é servidora de carreira do Tribunal de Justiça e antes de ser magistrada atuou profissionalmente em vários setores do Judiciário estadual.

Cleonice Freire agradeceu as palavras de incentivo dos colegas e disse que buscará em Deus a força para conduzir sua gestão na presidência da Corte.

É isso aí.

Justiça condena réus em Coroatá

Sessão do Tribunal foi realizada sem a presença dos acusados, que estão foragidos

COROATÁ - Em sessão do Tribunal do Júri realizada na quarta-feira (11), o Conselho de Sentença acatou a tese defendida pelo Ministério Público do Maranhão e condenou Raimundo Honorato Pereira e José Roberto Pereira a 16 anos de reclusão cada um, em regime fechado, pelo assassinato de João José do Nascimento.

O crime ocorreu na madrugada de 22 de agosto de 1995, no Terminal Rodoviário de Coroatá. A vítima era empresária do transporte alternativo e foi

morta com um disparo de arma de fogo.

O promotor de Justiça Luís Samarone Batalha Carvalho defendeu a tese de homicídio duplamente qualificado, pois o crime teria sido cometido mediante pagamento ou promessa de pagamento e de modo que impossibilitou a defesa da vítima.

Raimundo Honorato Pereira, conhecido como *Honorato Cigano*, e José Roberto Pereira, conhecido como *Zé Roberto*, estão foragidos. Os dois deverão cumprir pena no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, quando forem presos. A ordem de prisão foi assassinada pelo juz.

Pacto pela vida

Não poderia ter sido mais oportuna a iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Rede de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão e da Fundação Vale de firmar um pacto para enfrentar a violência sexual, que tanto sofrimento impõe a meninos e meninas no estado, bem como às suas famílias. Com a parceria, os órgãos públicos, instituições do terceiro setor e empresas envolvidos passam a ter o compromisso de atuar de forma integrada no combate aos abusos, que além de crime hediondo, configuram gravíssimo problema social.

O objetivo primordial do pacto é contribuir com os setores da sociedade para uma maior conscientização sobre a violência contra crianças e adolescentes. A questão é tão importante que conta com uma ampla rede, voltada a discutir medidas de prevenção e repressão aos abusos, tão comuns atualmente. O problema é que, até então, cada organismo trabalhava de forma isolada. Com o esforço conjunto, tem-se a expectativa de melhores resultados.

Ao definir uma atuação conjunta, os signatários do pacto demonstram estar plenamente engajados em reduzir o número de crimes, de modo a reverter os índices alarmantes ora registrados (de janeiro até outubro deste ano, a polícia já havia recebido mais de 1.500 denúncias do gênero, superando os números de

Para fazer valer os direitos das vítimas, é preciso, antes de tudo, eliminar os entraves à legislação

2012). Com uma demanda tão elevada, a polícia, o Ministério Público e a Justiça enfrentam grande dificuldade para punir os abusos. Espera-se, portanto, que o pacto ajude a dar o melhor encaminhamento possível aos casos, funcionando como ca-

nal eficaz de denúncias.

Três eixos serão trabalhados na execução do pacto: fortalecimento das políticas públicas do sistema de garantia dos direitos da criança, sensibilização dos servidores nos centros de convivência e empoderamento de membros das comunidades enquanto atores sociais capazes de exercer seus direitos como cidadãos. O sucesso da iniciativa dependerá da consolidação dessas propostas, a fim de

criar um ambiente favorável à mudança de realidade, tanto no que se refere às condições das famílias que vivem o drama, quanto em relação à atuação das autoridades no combate ao problema.

Sabe-se que a maioria dos casos ocorre no ambiente doméstico. Daí a necessidade de uma maior aproximação com as famílias, com abordagem não apenas criminal, mas, sobretudo, com assistência psicológica plena. A própria lei já prevê esse tipo de conduta, mas a prática mostra que a situação está bem longe do que se considera ideal. Na verdade, os mecanismos de enfrentamento apresentam falhas, uma vez que as normas não são aplicadas adequadamente. Por isso, para fazer valer os direitos das vítimas e oferecer a elas o amparo necessário, é preciso, antes de tudo, eliminar os entraves ao cumprimento da legislação.

Dados da Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) revelam que, em média, 20 crianças são abusadas em São Luís diariamente. O número expõe uma realidade assustadora, que precisa ser revertida com urgência, antes que o cenário se torne ainda pior. O pacto, portanto, pode ser uma boa solução para o problema.



O repasse dos brinquedos aos Correios acontecerá nesta terça-feira (17), às 9 horas, na sede do TJMA

Servidores da Corregedoria participam de campanha de Natal

Os servidores da Corregedoria Geral da Justiça entregaram mais de 60 presentes à campanha "Papai Noel dos Correios", encampada pelo Tribunal de Justiça. O trabalho no Poder Judiciário foi coordenado pela Assessoria de Comunicação do TJ. Na Corregedoria Geral da Justiça, a Assessoria de Comunicação da CGJ também esteve à frente da campanha. Servidores de todos

os setores da CGJ participaram da campanha.

No total, 206 crianças com idades entre 3 e 6 anos, matriculadas na escola e creche Dayse Linhares de Sousa (Liberdade) e Luís Augusto Monier Alves (Itaqui-Bacanga) serão beneficiadas com as doações recolhidas nos diversos setores do Tribunal, Juizados e Corregedoria Geral.

Número de mortes por armas de fogo em SL sobe para 267%

Em dez anos, subiu 267% o número de mortes por armas de fogo na capital maranhense. Os dados são do Mapa da Violência 2013, organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, e colocam São Luís em primeiro lugar, entre todas as capitais brasileiras.

Em relação ao número de homicídios em geral, na mesma década, a evolução da violência é ainda maior: aumento de 344% de vítimas.

Para discutir esse tema e propor ações coordenadas que combatam a violência, o Ministério Público do Maranhão vai promover na próxima quarta-feira, 18, às 14h30, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, a audiência

pública "Os números da criminalidade na Grande São Luís". O evento é organizado pelo promotor de Justiça José Cláudio Cabral Marques, que é coordenador do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) do MP-MA.

A evolução da criminalidade pode ser medida também pelo número de assaltos a coletivos. Foram registrados, em 2012, 260 assaltos na Região Metropolitana de São Luís.

Em 2013, sem contabilizar o mês de dezembro, o número subiu para 530, totalizando aumento de 103%. "A situação é muito grave e requer um esforço conjunto das instituições e do Poder Público para

combater o problema", avalia Cabral.

Segundo pesquisa realizada pelo CAOp-CEAP, no Instituto Médico Legal (IML), de 2010 a 2013, o número de homicídios também aumentou. Em 2010, foram registrados 535 homicídios; em 2011, 655; em 2012, 687; e em 2013, dados contabilizados até novembro, registram 848 assassinatos.

Uma das propostas que será lançada pelo MP-MA, na audiência, é a criação do Observatório da Violência, em parceria com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Uniceuma.

PROTESTO QUENTE E EM CHAMAS

MANIFESTANTES DE 'TÁXI-PIRATA' TOCAM FOGO EM JOVEM QUE FUROU BLOQUEIO

PÁGINA 3

Manifestantes de táxis-piratas tocam fogo em jovem que furou bloqueio

Virou moda! Agora toda manifestação para ter êxito na mídia, tem que bloquear avenidas da cidade justamente na hora do trabalho. E o pobre do trabalhador que se lasque. Isso foi o que aconteceu mais uma vez na Barragem do Bacanga na manhã de ontem. Revoltados por conta da decisão da Justiça que derrubou uma liminar que garantia o trabalho dos táxis-piratas, que eles chamam de "táxi-lotação", centenas de proprietários de veículos que atuam

no ramo bloquearam, desde o início da manhã de ontem a Barragem do Bacanga nos dois sentidos. O conflito entre os taxistas piratas e os taxistas que atuam dentro da normalidade vem ocorrendo desde o ano passado. Os taxistas profissionais alegam que pagam tributos e são submetidos a uma série de regras, enquanto que os piratas estão isentos de qualquer tributo.

Com falta de policiamento o clima ficou tenso. Um jovem tentou furar o bloqueio, mas

foi perseguido e jogado gasolina e ateado fogo por um grupo desordeiro. O rapaz teve saiu com queimaduras leves.

Representantes da cooperativa do serviço de táxi-lotação resolveram liberar somente à tarde uma das vias da Barragem do Bacanga no sentido Centro/Itaqui-Bacanga.

Os manifestantes, que caminharam até a Prefeitura foram recebidos por representantes do poder público municipal de São Luís.

O protesto tem como ob-

jetivo revogar a suspensão das atividades de uma cooperativa de táxi-lotação que atua na Área Itaqui-Bacanga. A suspensão foi determinada pela desembargadora Nelma Sarney, em sessão do Tribunal de Justiça do Maranhão, na última terça-feira (10/12).

O protesto foi realizado desde as primeiras horas desta segunda-feira (16/12) por representantes do serviço de táxi-lotação, na Avenida dos Portugueses.

BLOG DJALMA RODRIGUES

Página 02

NACIONAL

MA tem o pior acesso à Justiça e DF, o melhor, aponta estudo

A população do Maranhão tem o pior acesso à Justiça no país e a do Distrito Federal (DF), o melhor, apontou o Índice Nacional de Acesso à Justiça (Inaj), disponível no portal do Atlas do Acesso à Justiça, lançado ontem (16).

MA tem o pior acesso à Justiça e DF, o melhor, aponta estudo

Dados regionais fazem parte do Índice Nacional de Acesso à Justiça (Inaj). Indicador foi criado pelo Ministério da Justiça em parceria com instituições

A população do Maranhão tem o pior acesso à Justiça no país e a do Distrito Federal (DF), o melhor, apontou o Índice Nacional de Acesso à Justiça (Inaj), disponível no portal do Atlas do Acesso à Justiça, lançado ontem (16).

O estudo foi elaborado pelo Ministério da Justiça em parceria com universidades, instituições públicas e entidades. Um banco de dados administrado pelo Executivo federal consolida em uma mesma ferramenta informações como número de profissionais e de unidades da Justiça - entre as quais Defensoria Pública, Ministério Público, Procons e instâncias do Judiciário - para quantificar o grau de dificuldade de que a população enfrenta ao tentar usar serviços públicos judiciais.

O portal do Atlas do Acesso à Justiça também traz informações sobre os serviços extrajudiciais, como cartórios, delegacias e Procons, e utiliza dados sobre o total da população e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada localidade.

Na versão que considera equipamentos judiciais e extrajudiciais, o Maranhão tem o pior índice entre as 27 unidades da federação. O estado da Região Nordeste somou apenas 0,06. Na sequência, aparece o Pará, com 0,07, e Amazonas, com 0,08.

O melhor índice de acesso à Justiça está no Distrito Federal, com 0,41. A capital federal é seguida nas primeiras posições do ranking por Rio de Janeiro (0,31) e São Paulo (0,25). Na média nacional, o Brasil registra índice de 0,16 - 12 unidades da federação têm indicadores superiores à média nacional.

O governo afirma que o indicador é uma "proposta inici-

al" que ainda será melhorada com a ajuda da "comunidade científica" e dos órgãos do Sistema de Justiça. A partir do ano que vem, serão realizados debates para melhoria das fórmulas que compõem os indicadores.

DESIGUALDADE - Segundo o secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, responsável por apresentar o portal em evento na tarde desta segunda-feira no Ministério da Justiça, o governo federal tem o papel de ajudar no acesso aos serviços de Justiça.

O secretário avaliou que os dados do indicador mostram que há desigualdade em relação ao atendimento no Norte e Nordeste em comparação com o Sudeste e Centro-Oeste.

"Ainda temos muita dificuldade de que direitos sejam garantidos pela Justiça. O sistema está congestionado, com mais de 90 milhões de processos. E, por incrível que pareça, ainda falta acesso à Justiça porque não temos uma rede nacional de atendimento ao nosso país", disse Flávio Caetano.

O secretário disse que, a partir de 2014, será ampliada a base de informações de locais de atendimento e passará a apresentar também as faculdades de direito.

Ao final do evento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, destacou que o portal ajuda a consolidar os direitos previstos na Constituição.

"Efetivamente, nós temos um instrumental que permitirá a juizes, membros do Ministério Público e operadores do direito, participar mais ativamente dessa construção. É nossa missão fazer com que a Constituição de 1988, o estado de direito, saia do mundo das normas e entre no mundo dos fa-

tos", afirmou Cardozo.

CRITÉRIOS - Segundo o coordenador-geral de Modernização da Administração da Justiça do ministério, Washington Leonardo Guanaes Bonini, não há uma escala para o indicador (de 0 a 1, por exemplo). Todas as informações que compõem o índice são consideradas e aplicadas em fórmulas, que geram um número para cada unidade da federação.

Com isso, segundo Bonini, é possível verificar quem está melhor e quem está pior e obter uma média nacional. Mas não se sabe qual seria o nível ideal para cada unidade da federação ou para todo o país.

A expectativa, segundo Bonini, é que haja um parâmetro para as próximas edições do indicador. O modelo final do Inaj será discutido a partir do ano que vem. O índice deverá ser divulgado anualmente.

"Temos dados sobre operadores do direito e unidades de atendimento. Mas isso não diz tudo. Queremos analisar os serviços e as formas de prestação do serviço. Se há ou não atendimento telefônico, por exemplo", explicou o coordenador.

Conforme Bonini, o Distrito Federal, unidade da federação com melhor desempenho, traz uma "distorção" ao índice porque concentra os órgãos de poder da Justiça. "É natural que haja mais equipamentos, mais advogados", citou.

'MAPA DA JUSTIÇA' - Além dos dados sobre acesso aos serviços judiciais, o atlas divulgado nesta segunda pelo governo federal traz ainda o "Mapa da Justiça". A ferramenta virtual indica quais serviços na área da Justiça estão à disposição em todas as regi-

ões do Brasil e mostra também endereços, telefone e sites para auxiliar os cidadãos.

O portal mostra, por exemplo, o número de magistrados, defensores públicos, promotores, procuradores e advogados do país. A ferramenta revela ainda o número regionalizado desses profissionais a cada 100 mil habitantes, assim como a estrutura desses órgãos em todas as unidades da federação.

Outro serviço disponibilizado pelo Atlas é a seção "ABC dos seus Direitos", que explica como funciona a Justiça, apresenta os direitos dos cidadãos - considerando todas as leis e códigos - e traz um glossário de termos jurídicos.

O portal Atlas do Acesso à Justiça foi produzido pelo Ministério da Justiça em parceria, entre outros, com a Universidade de Brasília (UnB), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com o governo, "trata-se do maior banco de dados sobre a Justiça do Brasil".

Conforme o governo, o material mostra que não somente os tribunais, mas também outros equipamentos, como cartórios e delegacias, são essenciais para a melhoria do serviço prestado ao cidadão.

"A justiça se realiza não apenas nos tribunais, mas com o apoio de inúmeras instituições essenciais à Justiça - Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia - e iniciativas extrajudiciais, como núcleos de Justiça Comunitária, delegacias de polícia, Procons, cartórios, entre outros", destacaram os organizadores do Atlas na justificativa do projeto.

CARRINHOS | CONFUSÃO NO ITAQUI-BACANGA

GILSON TEIXEIRA/OIMPIÓ A PRESS



A Secretaria de Trânsito e Transportes (SMTT) faz reunião, hoje, com as cooperativas de donos de "carrinhos". Ontem foi um dia de protesto e interdição na área Itaqui-Bacanga (foto). URBANO

ITAQUI-BACANGA

"Carrinhos" em debate

Proprietários de táxi-lotação protestaram contra decisão que levou à suspensão dos serviços e se reúnem hoje com SMTT para definir situação

SANDRA VIANA

Os condutores dos táxis-lotação, mais conhecidos como 'carrinhos', vão se reunir com representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) para tratar da situação da categoria. A reunião acontece hoje, a partir das 9h, na sede da SMTT, no Ipase, para discutir a pauta de reivindicação da categoria. O acordo para debate veio após manifestação da classe, na manhã de ontem, que interditou a Avenida dos Portugueses nos dois sentidos.

Foram quase cinco horas de protesto com trânsito parado e a população seguindo todo o trajeto a pé a fim de não perder os compromissos. Veículos foram impedidos de trafegar, inclusive ambulâncias. Com paus, galhos de árvores e queimando pneus, os manifestantes bloquearam o movimento na avenida. A via foi liberada por volta das 11h30.

O protesto paralisou não só o trânsito, mas também alguns serviços como as agências bancárias que funcionam na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e alguns estabelecimentos comerciais da área Itaqui Bacanga, que dependiam da chegada de funcionários. Quem precisava



População percorreu extenso trecho da Avenida dos Portugueses para chegar a tempo nos compromissos

chegar ao Centro não teve saída senão vir a pé da Barragem do Bacanga, ponto onde a manifestação fechou a via. Transtorno para uns, lucro para outros. Vários mototaxis aproveitaram o manifesto para ganhar um extra. O transporte de passageiros era realizado da Barragem para os diversos bairros, a preços variáveis entre R\$ 5 e R\$ 15.

Ademar Martins, 29 anos, chegou a fazer cinco corridas em menos de uma hora. "Vai dar para tirar um troco extra. As pessoas não querem andar até o destino e para algumas fica muito longe, então, a gente leva rapidinho", disse ele, que só trabalha à noite, mas abriu exceção ontem por causa do protesto. Quem teve que andar reclamou. A vendedora Juraci Ribeiro Castro, 34 anos, estava atrasada e já pensava em faltar ao trabalho. "Já perdi a

manhã. Talvez vá à tarde, mas está complicado", disse. Para o presidente da Cooperativa de Táxi e Transporte da Área Itaqui-Bacanga (Coopettaib), Wanderlan Pinto, o movimento foi positivo.

"Conseguimos a atenção da Prefeitura, da imprensa e da comunidade. E pelo que falaram com a gente, na reunião de amanhã (hoje) eles vão ver uma solução", disse o presidente da cooperativa. Em conversa rápida com representação da SMTT durante o protesto de ontem, o presidente da Coopettaib disse que houve sinalização para que a categoria seja regularizada. "É muita gente reclamando do serviço ruim que a empresa de transporte coletivo oferece para a área e somos muitos pais de família vivendo desse trabalho. Tem que ter um jeito", enfatizou.

A atividade é considerada ile-

gal e segundo a SMTT, em nota, se trata de "transporte clandestino feito por carros particulares (placas de cor cinza)" e que o poderia ser legalizado se passar por processo de pedido de licenciamento para funcionar como táxi. Mas, segundo a secretaria, este tipo de licenciamento está suspenso e dependeria de projeto de lei encaminhado à Câmara de Vereadores. A secretaria também confirmou que será realizada fiscalização a transporte clandestino, conforme a lei exige. Ainda segundo a SMTT, as empresas que atuam na área serão orientadas a reforçar suas frotas. São 89 ônibus atuando no Itaqui Bacanga e 59 mil passageiros diariamente transportados. A área, formada por mais de 50 bairros, tem cerca de 200 mil pessoas que utilizam o transporte coletivo.



ônibus abastecem a área Itaqui-Bacanga diariamente

Manhã de engarrafamento e transtornos

A capital apresentou vários pontos de engarrafamentos ontem. No bairro Tirirical, KM 01 da BR-135, o trânsito ficou lento por algumas horas no sentido São Luís. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o problema era decorrente de acidente na entrada do bairro João de Deus e os condutores que saíam da BR para aquela direção enfrentaram trânsito engarrafado. Na ponte Bandeira Tribuzzi, um veículo Amarok apresentou problema mecânico e, parado na via, deixou o trânsito lento. A Avenida Daniel de La Touche, Ipase, no sentido Centro, a Avenida Guajajaras e a Jerônimo de Albuquerque também apresentaram trechos de engarrafamento e trânsito lento na manhã de ontem.



Veículos foram impedidos de passar na avenida; até ambulâncias enfrentaram dificuldades de tráfego



GILSON TEIXEIRA/OMP/DAPRESS

Manifestantes atearam fogo em pneus, causando nuvem de fumaça

» Memória

Atividade ilegal

A atividade de táxi-lotação foi considerada ilegal e suspensa na última terça, em decisão da desembargadora Nelma Sarney, da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. A decisão anulou sentença que autorizava a atividade, proferida em março, pelo juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Figueiredo dos Anjos. Na área Itaqui-Bacanga, a movimentação de táxis-lotação carregando passageiros é das mais intensas. São pelo menos três cooperativas, que juntas agregam mais de 250 pessoas. Outros pontos funcionam no Centro (próximo à Praça Deodoro), Anjo da Guarda, Gapara e Anel Viáário. Os 'carrinhos' cobram a média de R\$ 2 por viagens do Itaqui-Bacanga ao Centro e bairros adjacentes.



Vai dar para tirar um troco extra. As pessoas não querem andar até o destino e para algumas fica muito longe, então, a gente leva rapidinho

Ademar Martins, mototaxista

» Personagem da Notícia

Impedido de trabalhar



KARLOS GEROMY/OMP/DAPRESS

Durante a semana, o comerciante Luis Ferreira dos Santos, de 60 anos, faz várias viagens à área Itaqui-Bacanga para entregar mercadorias na feira do bairro. Ontem foi diferente e ele ficou com a Kombi carregada de abacaxis e alguns legumes, mais de quatro horas parado na entrada da Avenida dos Portugueses esperando acabar a manifestação no trecho. O comerciante disse discordar do protesto por se tratar de atividade ilegal. "Se a Justiça já disse que eles estão ilegais, então não podem fazer esse manifesto e ainda impedir o direito de ir e vir das pessoas", justificou. Mas, ponderou que o serviço coletivo que serve a área deve melhorar. "Se a empresa oferecer um serviço de qualidade, a população não vai mais pegar carrinhos", disse.

Estudo mostra que acesso à Justiça é difícil no Brasil

PAÍS 6

JUDICIÁRIO

Direitos para poucos

Estudo inédito do Ministério mostra as condições precárias de alcance da Justiça pelos brasileiros, em especial nos estados mais pobres, para assegurar garantias mínimas, como INSS e pensão

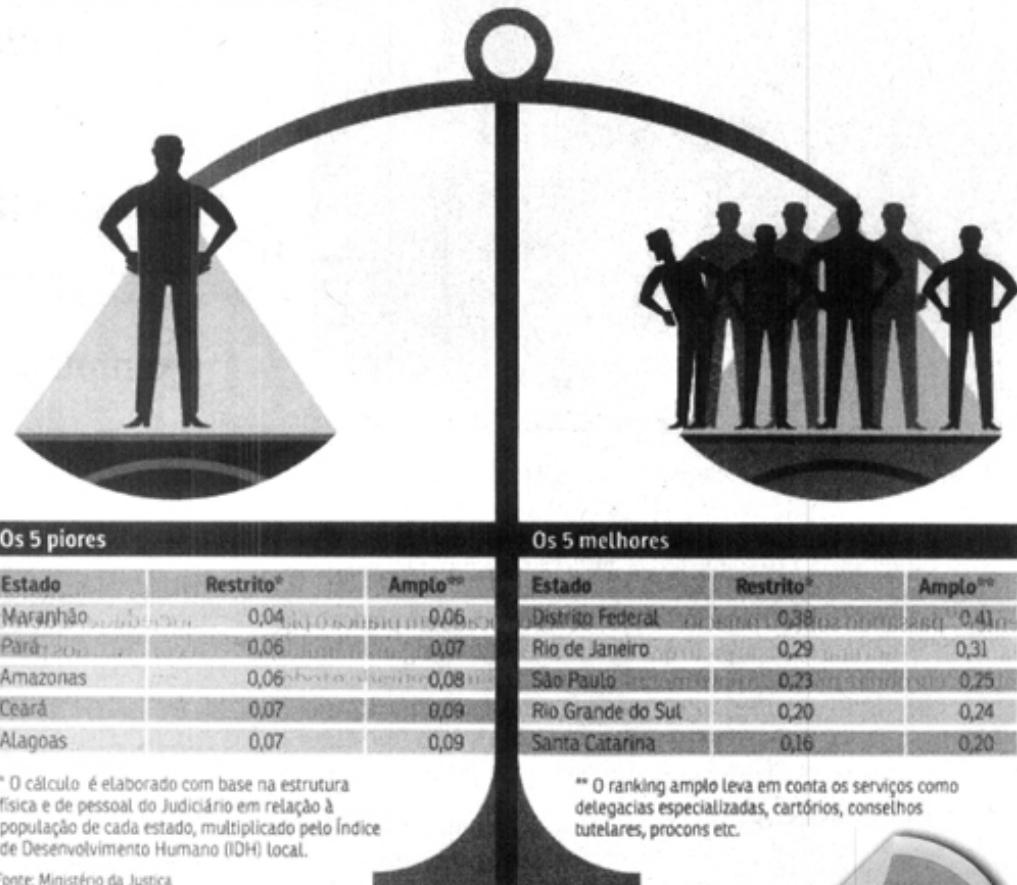
GRASIELLE CASTRO
RENATA MARIZ

Quanto mais vulnerável, menos o brasileiro conhece seus direitos. O senso comum foi confirmado por um estudo inédito do Ministério da Justiça (MJ). O portal do Atlas do Acesso à Justiça no Brasil, que foi lançado ontem, mostra que mais da metade dos estados estão abaixo da média nacional em acesso à Justiça. Os lugares onde estão as maiores disparidades correspondem exatamente aos de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De acordo com o levantamento, o Distrito Federal é a unidade da federação com maior probabilidade de garantia dos direitos, com o Índice Nacional de Acesso à Justiça (INAJ) pontuado em 0,38, numa escala de 0 a 1. Os moradores do Maranhão são os que menos têm possibilidade de lutar pelo que devia ser um dever, com indicador 0,04 — distante da média nacional, de 0,13.

Sem alcance à Justiça, boa parte dos brasileiros estão à mercê de sofrer graves prejuízos. Mesmo um direito conhecido, como o da educação, é sistematicamente desrespeitado. De acordo com o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia), da Presidência da República, só nessa área, nos últimos cinco anos, foram registradas pelo menos 44 mil violações. O número, porém, é subnotificado porque muitos brasileiros se resignam e sofrem para resolver a questão sozinhos.

Falta de assistência

Estudo do Ministério da Justiça mostra que a maior parte dos brasileiros sofre na luta por direitos. Confira o ranking do atendimento à população. A pontuação vai de 0 (desrespeito total) a 1 (todos os direitos acessíveis).



Eu não posso permanecer em uma sessão onde se trata dessa forma uma pessoa que colocou sua opinião

Simplício Araújo, membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Quantidade de violações de direitos relacionados à educação registrada em cinco anos

Esse é apenas um dos contrassensos que fazem vítimas todos os dias. A magistrada Dora Martins, integrante da associação Juízes para a Democracia, conta que esse tipo de situação é rotina na área penal. "Vemos os maiores absurdos, como gente que continua presa depois de já ter cumprido toda a sua pena, por falta de assistência judiciária", afirma. "Pensão alimentícia, problema com INSS, adoção de criança em abrigo. Tudo é mais difícil quando você não tem o Judiciário por perto."

De acordo com a juíza, a falta de acesso à Justiça está intimamente ligada a um aspecto socioeconômico. "O desenvolvimento das cidades diz muito sobre a criação de comarcas e presença dos atores envolvidos na Justiça, como os promotores e defensores, além dos próprios juízes", afirma. Segundo Dora, no Norte e em parte do Nordeste, a distância de alguns municípios dos centros urbanos dificulta a prestação de assistência judiciária. "Como a pessoa, que tem de andar de barco três dias para chegar à comarca mais próxima, vai acessar a Justiça? É preciso que o estado crie essa estrutura nos locais mais distantes."

Mediação de conflitos

O secretário de Reforma do Judiciário do MJ, Flávio Caetano, corrobora a tese da magistrada.

Ele frisa que muita gente ainda não conhece os direitos e mesmo os que conhecem não enxergam uma rede para reclamá-los. "O Ipea fez uma pesquisa, em 2009, que mostrou que 64% das pessoas souberam que foram vítima de alguma violação e não procuraram a Justiça." Essa situação, segundo ele, é ainda mais grave onde o país é menos desenvolvido. "Isso é algo que sempre se disse, mas nunca se conseguiu comprovar. Com os indicadores, confirmados a tese", argumenta.

Caetano explica que o mapeamento dos dados permitiu ao ministério trabalhar políticas públicas direcionadas para solucionar o problema. "O nosso Plano Nacional de Acesso à Justiça é composto por duas vertentes. Um é trazer a mediação para o Brasil. Essa forma extrajudicial de resolver conflitos é muito aceita no mundo inteiro. Estados Unidos, Itália e Argentina têm tido resultados excelentes, desafogando o Judiciário", justifica. Além da mediação, o secretário ressalta que a pasta atua no fortalecimento da defensoria tanto do estado quanto da União.

Atalho virtual

O portal do Atlas do Acesso à Justiça no Brasil, disponível na internet, tem três funções: disponibilizar um mapa com todos os endereços de órgão que ga-

rantem os direitos do cidadão, esclarecer quais são os principais direitos e as violações, com o ABC dos Seus Direitos, além de publicizar os indicadores, como o Índice Nacional de Acesso à Justiça, para elaboração de políticas públicas. No portal, o cidadão poderá fazer uma busca pelos locais onde pode reclamar das violações mais próximas de casa. São mais de 70 mil endereços, não só de instituições do Judiciário, mas de outros setores públicos, como cartórios e postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O portal será revisado anualmente e o índice, aprofundado a cada atualização.

População abandonada

Apesar de 16 estados brasileiros estarem abaixo da média, ainda não é possível dizer que os melhores colocados estão em uma situação confortável. O secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (MJ), Flávio Caetano, diz que, na elaboração do ranking dos estados para o cálculo da média nacional, foi fácil perceber o tamanho das disparidades. Segundo ele, o resultado está ligado à escolaridade e à renda. Ao aplicar a mesma fórmula com órgãos extrajudiciais, que também atuam para assegurar garantias, como delegacias especialistas, conselhos tutelares e Procons, o indicador sobe. "Isso comprova

que não se pode viver apenas do Judiciário e da Justiça, mas tem que ter outras formas, fora desse núcleo", destaca.

Mas mesmo com a melhora — a média nacional sobe 0,03 ponto e chega a 0,16 —, os índices continuam a ser menores nas áreas mais carentes. A presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Patrícia Kettermann, alerta que esse problema é crônico e gera um ciclo vicioso. "O melhor acesso à Justiça aumenta o IDH, mas quem precisa não tem o alcance para impulsionar o índice que mede o desenvolvimento", pontua.

Os dados mostram que, nas grandes cidades, com melhor diagnóstico socioeconômico, o acesso é maior. "No DF, por exemplo, o acesso é excelente e isso é decorrente da concentração de carreiras jurídicas aliada ao tamanho da população e ao alto IDH", avalia o secretário do MJ. Para a juíza Dora Martins, mesmo em São Paulo, profissionais ligados à Justiça. "É preciso que haja estrutura também para agilizar os processos. Nós temos diversas varas criadas no país, mas que não são instaladas." (GC e RM)

É ruim! (1)

Lá vai o Maranhão liderando de novo. O ruim. Levantamento divulgado ontem pelo Ministério da Justiça, que ranqueou o índice de acesso à Justiça pela população, o estado é o pior, enquanto o Distrito Federal está na outra ponta. Várias entidade e instituições públicas participaram da montagem do ranking

É ruim! (2)

O banco de dados administrado pelo Executivo federal consolida em uma mesma ferramenta online, informações como número de profissionais e de unidades da Justiça – entre as quais, Defensoria Pública, Ministério Público, Procons, instâncias do Judiciário e cartórios. Quantifica o grau de dificuldade da população quando busca os serviços da Justiça.

Maranhão tem o pior acesso à Justiça, aponta estudo

A população do Maranhão tem o pior acesso à Justiça no país e a do Distrito Federal (DF), o melhor, apontou o Índice Nacional de Acesso à Justiça (Inaj), disponível no portal do Atlas do Acesso à Justiça, lançado nesta segunda-feira (16).

O estudo foi elaborado pelo Ministério da Justiça em parceria com universidades, instituições públicas e entidades. Um banco de dados administrado pelo Executivo federal consolida em uma mesma ferramenta informações como número de profissionais e de unidades da Justiça – entre as quais Defensoria Pública, Ministério Público, Procons e instâncias do Judiciário – para quantificar o grau de dificuldade que a população enfrenta ao tentar usar serviços públicos judiciais.

O portal do Atlas do Acesso à Justiça também traz informações sobre os serviços extrajudiciais, como cartórios, delegacias e Procons, e utiliza dados sobre o total da população e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



de cada localidade.

Na versão que considera equipamentos judiciais e extrajudiciais, o Maranhão tem o pior índice entre as 27 unidades da federação. O estado da Região Nordeste somou apenas 0,06. Na sequência, aparece o Pará, com 0,07, e Amazonas, com 0,08.

O melhor índice de acesso à Justiça está no Distrito Federal, com 0,41. A capital federal é seguida nas primeiras posições do ranking por Rio de Janeiro (0,31) e São Paulo (0,25). Na média nacional, o Brasil registra índice de 0,16 – 12 unidades da federação têm indicadores su-

periores à média nacional.

O governo afirma que o indicador é uma "proposta inicial" que ainda será melhorada com a ajuda da "comunidade científica" e dos órgãos do Sistema de Justiça. A partir do ano que vem, serão realizados debates para melhoria das fórmulas que compõem os indicadores.

Critérios - Segundo o coordenador-geral de Modernização da Administração da Justiça do ministério, Washington Leonardo Guanaes Bonini, não há uma escala para o indicador (de 0 a 1, por exemplo). Todas as informações que compõem o índice são consideradas e apli-

cadas em fórmulas, que geram um número para cada unidade da federação.

Com isso, segundo Bonini, é possível verificar quem está melhor e quem está pior e obter uma média nacional. Mas não se sabe qual seria o nível ideal para cada unidade da federação ou para todo o país.

A expectativa, segundo Bonini, é que haja um parâmetro para as próximas edições do indicador. O modelo final do Inaj será discutido a partir do ano que vem. O índice deverá ser divulgado anualmente.

"Temos dados sobre operadores do direito e unidades de atendimento. Mas isso não diz tudo. Queremos analisar o serviços e as formas de prestação do serviço. Se há ou não atendimento telefônico, por exemplo", explicou o coordenador.

Conforme Bonini, o Distrito Federal, unidade da federação com melhor desempenho, traz uma "distorção" ao índice porque concentra os órgãos de poder da Justiça. "É natural que haja mais equipamentos, mais advogados", citou.

DEU NO JORNAL O GLOBO

VEREADORES NO MARANHÃO SÃO SUSPEITOS DE AGIOTAGEM

Irregularidades na concessão de empréstimos podem ter movimentado cerca de R\$ 30 milhões e envolvem pelo menos 14 vereadores ludovicense

Uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Maranhão apura o que pode ser um dos maiores esquemas de agiotagem no estado. O delegado responsável pelo inquérito, Augusto Barros, estima que as irregularidades na concessão de

empréstimos podem ter movimentado cerca de R\$ 30 milhões e envolvem pelo menos 14 vereadores da Câmara Municipal de São Luís. O número de políticos envolvidos, porém, pode subir e abranger até deputados estaduais. [PÁGINA 1 \[C2\]](#)

ESCÂNDALO NA CÂMARA DE SL

Vereadores no Maranhão são suspeitos de agiotagem

Irregularidades na concessão de empréstimos podem ter movimentado cerca de R\$ 30 milhões e envolvem pelo menos 14 vereadores ludovicenses

CHICO DE GOIS

DE O GLOBO

Uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Maranhão apura o que pode ser um dos maiores esquemas de agiotagem no estado. O delegado responsável pelo inquérito, Augusto Barros, estima que as irregularidades na concessão de empréstimos podem ter movimentado cerca de R\$ 30 milhões e envolvem pelo menos 14 vereadores da Câmara Municipal de São Luís. O número de políticos envolvidos, porém, pode subir e abranger até deputados estaduais.

O esquema estaria na ativa há anos. Segundo as investigações, funcionaria da seguinte forma: vereadores pediam empréstimos consignados a uma funcionária do Bradesco, banco que tem a conta oficial da Câmara Municipal. Para tanto, apresentavam nomes de funcionários do Legislativo. O dinheiro seria repassado para esses "laranjas", mas eles não precisavam pagar. Os próprios vereadores se encarregavam de fazer os repasses para quitar os empréstimos.

No entanto, como a taxa de juros cobrada nos consignados é muito baixa, cerca de 2%, os vereadores aproveitavam o dinheiro barato para emprestar para terceiros, cobrando taxas muito maiores, de aproximadamente 7%. A diferença era o lucro do grupo.

Entre os suspeitos de integrar a quadrilha estão Isaías Pereirinha (PSL), que preside a Câmara Municipal de São Luís pela quinta vez, e seu vice, Astro de Ogum (PMN), amigo do senador José Sarney (PMDB-AP).

Em artigo publicado recentemente no jornal da família, Sarney, um reconhecido supersticioso, agradeceu ao poder espiritual do vereador.

No início da semana passada, o juiz titular da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luiz Mendes Cruz, decretou a prisão da ex-gerente do Bradesco Raimunda Célia Moraes da Silva Abreu, que está foragida.

Raimunda seria a principal operadora do esquema, segundo a Polícia Civil.

A ex-gerente é considerada peça-chave para esclarecer a participação de cada um dos investigados. O advogado dela, José Cavalcante de Alencar Júnior, entrou com um habeas corpus para tentar livrá-la da prisão, mas, até sexta-feira, a Justiça não havia decidido sobre o pedido. O Globo entrou em contato com o escritório do advogado, mas a secretaria informou que ele estava doente e não poderia atender.

"O esquema tem um potencial bombástico", disse o delegado Augusto Barros, que revelou ainda ao Globo que, apesar de os indícios apontarem para a participação de 14 vereadores, a investigação se estende sobre todos os 31 parlamentares da Câmara Municipal.

Há dois meses, Barros pediu a quebra de sigilo bancário de 13 pessoas, mas a Justiça do Maranhão ainda não se manifestou sobre o requerimento. Ele espera ter acesso aos dados bancários para fazer cruzamentos e identificar quem mais participaria do esquema.

O delegado afirmou que a agiotagem no Maranhão é um dos principais crimes, que gera até mortes. O jornalista Décio Sá, que mantinha um blog no qual atacava políticos e empresários, teria sido assassinado a mando de agiotas, em 2012. Em abril deste ano, a polícia prendeu quem acredita ser o mandante do assassinato: Gláucio Alencar, apontado como um dos maiores agiotas do estado.

"Foi a partir da investigação da morte do jornalista que evoluímos e chegamos a essa quadrilha que atua na Câmara de São Luís", afirmou o delegado Augusto Barros.

O Globo telefonou quatro vezes para a Câmara Municipal de São Luís para falar com o presidente e o vice da Casa, mas não foi atendido em nenhuma dessas ocasiões.

O Bradesco informou apenas: "A senhora Raimunda não faz mais parte do quadro de funcionários do banco. O Bradesco esclarece que está acompanhando o assunto e não deve se pronunciar enquanto as denúncias não tiverem sido esclarecidas pelos órgãos competentes, por se tratar de questões que envolvem sigilo bancário".



SUPOSTO ESQUEMA de agiotagem envolveria a Câmara de SL e servidores do Bradesco

Não foi pedida quebra de sigilo de nenhum político, diz delegado

OSWALDO VIVIANI

O delegado Augusto Barros, titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), que está à frente das investigações sobre o suposto esquema de agiotagem na Câmara de Vereadores de São Luís, disse ontem (16) ao Jornal Pequeno que não há nenhum político – vereador ou deputado estadual – entre as 13 pessoas que tiveram pedida à Justiça, há dois meses, a quebra de sigilo bancário.

"Nessa fase preliminar da investigação, ainda

não pedimos a quebra de sigilo de nenhum vereador ou qualquer político. Vamos esperar que a Justiça nos responda sobre os 13 pedidos iniciais, o que deve ocorrer só lá para meados de janeiro", disse o delegado.

Augusto Barros também esclareceu que, por enquanto, ninguém foi indiciado, uma vez que as informações sobre o caso ainda não foram totalmente apuradas.

"Estamos realizando uma investigação séria, sem precipitações, e assim que levantarmos dados consistentes, vamos proceder aos indiciamentos e será feita a devida divulgação", afirmou Barros.

A companhia aérea Iberia foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão a indenizar em R\$ 10 mil cada uma das seis passageiras maranhenses que foram obrigadas a pernoitar no Rio de Janeiro, em junho de 2010, em razão de atraso de 24 horas de um voo que as levaria a Madr, capital da Espanha.

TJ-MA condena empresa aérea espanhola a indenizar passageiras por atraso em voo

A empresa aérea espanhola Iberia terá que indenizar seis passageiras, por danos morais, em razão de atraso de 24 horas no voo que as levaria para a cidade de Madri, em junho de 2010. A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve sentença de primeira instância, que condenou a companhia a pagar R\$ 10 mil para cada cliente, totalizando R\$ 60 mil. [PÁGINA 12 \[C1\]](#)

TJ-MA condena empresa aérea espanhola a indenizar passageiras por atraso em voo

A empresa aérea espanhola Iberia terá que indenizar seis passageiras, por danos morais, em razão de atraso de 24 horas no voo que as levaria para a cidade de Madrid, em junho de 2010. A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve sentença de primeira instância, que condenou a companhia a pagar R\$ 10 mil para cada cliente, totalizando R\$ 60 mil.

Na ação movida pelas seis amigas na Justiça de 1º grau, elas disseram que viajaram de São Luís para o Rio de Janeiro, local de embarque do voo para a capital espanhola, que estava marcado para as 19h25 do dia 8 de junho de 2010.

As passageiras contaram que a empresa cancelou o voo e todas tiveram que pernoitar no Rio. Alegaram que, por conta disso, perderam dois dias de viagem e passeios pela Europa. Consideraram ter passado por situações de sofrimento, humilhação, dor e revolta.

A empresa recorreu ao Tribunal de Justiça, sustentando que o atraso decorreu da necessidade de realização de reparos na aeronave, considerando que estaria caracterizada a existência de força maior que exclui a responsabilidade.

Afirmou, ainda, que providenciou transporte, alimentação e estadia para as clientes durante o período em que ficaram aguardando o novo voo.

O desembargador Ricardo Duailibe (relator) citou decisões semelhantes e manteve o entendimento dominante no TJ-MA, no sentido de que atraso de voo em decorrência de culpa da companhia aérea importa em dano moral ao consumidor.

Segundo Duailibe, ao contrário do que alegou a empresa aérea, a existência de problemas mecânicos na aeronave não constitui força maior que exclui sua responsabilidade, mas se trata de fato inherentemente à atividade desenvolvida e que, portanto, insere-se nos riscos de seu empreendimento.

Acrescentou que o fato de a companhia ter disponibilizado alimentação e hospedagem durante as 24 horas em que as clientes tiveram que esperar pelo embarque também não é suficiente para tirar sua responsabilidade, pois o dano mortal reside, essencialmente, na angústia sofrida pelas passageiras.

Considerou correta a sentença de 1º grau, ao reconhecer a existência de falha na prestação do serviço que ocasionou dano moral, não apenas mero dissabor.

O relator manteve o valor fixado em primeira instância, entendimento acompanhado pelos desembargadores Jaime Araújo (revisor) e Raimundo Barros, que também negaram provimento ao recurso da Iberia.

Paciente com câncer ganha direito a isenção no Imposto de Renda

O Estado do Maranhão e o Município de São Luís terão que suspender os descontos de Imposto de Renda sobre os vencimentos de uma paciente com câncer, bem como devolver os valores do mencionado imposto pagos nos últimos cinco anos. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que manteve sentença da 5ª Vara Cível de São Luís.

A paciente – que é servidora pública aposentada e exerce atualmente cargo em comissão no Município – ajuizou ação contra os entes públicos, alegando ser isenta do pagamento de imposto de renda em razão de sua condição de portadora de câncer de mama (neoplasia maligna), tendo sofrido intervenção cirúrgica de mastectomia da mama direita.

O Estado e Município recorreram da decisão da 5ª Vara Cível, que mandou suspender os descontos, sustentando que não seriam os legítimos réus da ação, uma vez que a competência tributária sobre o im-

posto de renda é da União e eles seriam apenas arrecadadores.

O desembargador Marcelo Carvalho, relator dos recursos, considerou entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) e ressaltou que, apesar da competência federal, o Estado e Município são os destinatários dos recursos por eles arrecadados a título de imposto de renda, realizando o recolhimento em seu próprio favor.

"Em realizando desconto indevido do tributo, tendo dele se aproveitado, devem figurar na ação onde o contribuinte pretende a isenção/e ou restituição", avaliou o desembargador.

Carvalho também afastou a alegação do Estado – de que o magistrado julgou o processo antecipadamente e não exigiu perícia médica para prova da doença –, entendendo que os laudos médicos apresentados foram suficientes ao convencimento do juiz quanto à existência do câncer.

Ao final, o relator sustentou o direito de aposentados portadores de doença grave à isenção do tributo, ainda que a doença seja posterior à aposentadoria, conforme a lei que regula o Imposto de Renda (Lei 7.713/88).



COM PNEUS e pedaços de árvores, os manifestantes interditaram a Avenida dos Portugueses, nos dois sentidos

Motoristas de 'carrinhos' bloqueiam Av. dos Portugueses por cinco horas

Motoristas da Cooperativa de Táxi e Transporte da área Itaqui-Bacanga (Coopettaib) interditaram ontem a Avenida dos Portugueses, nos dois sentidos, próximo à barragem do Bacanga. O bloqueio, feito com pneus e galhos de árvores em chamas, durou

cerca de cinco horas e provocou um congestionamento quilométrico nas duas vias. Os motoristas reivindicam da Prefeitura de São Luís a regulamentação dos serviços de 'táxi-lotação' dentro da área Itaqui-Bacanga.

PÁGINA 5 [C1]

Motoristas dos “carrinhos” bloqueiam Avenida dos Portugueses por cinco horas

JULLY CAMILO

Por volta das 5h, de ontem (16), motoristas da Cooperativa de Táxi e Transporte da área Itaqui-Bacanga (Coopettaib) interditaram a Avenida dos Portugueses, nos dois sentidos, próximo à baragem do Bacanga. O bloqueio, feito com pneus e galhos de árvores em chamas, durou cerca de cinco horas e provocou um congestionamento quilométrico nas duas vias. Os motoristas reivindicam, por parte do gestor municipal, a regulamentação dos serviços de ‘táxi-lotação’, dentro da Área Itaqui-Bacanga, uma vez que as atividades foram suspensas no último dia 10, após decisão proferida pela desembargadora Nelma Sarney, em sessão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, procedente de um recurso interposto pela Prefeitura de São Luís contra a sentença favorável à cooperativa, garantida pelo juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Figueiredo dos Anjos, em março deste ano.

Segundo o presidente da Coopettaib, Wanderlan Pinto, de 56 anos, a legalização dos serviços de ‘táxi-lotação’ teria sido uma promessa de campanha, feita aos motoristas, pelo atual prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior. Ele explicou que a precariedade do transporte público na área Itaqui-Bacanga foi um dos motivos para a criação da cooperativa. “Temos mais de 350 mil habitantes só nessa região, com apenas duas empresas de transporte, que não conseguem atender a grande demanda. A regularização dos nossos serviços melhoraria o setor do transporte e evitaria a atuação de clandestinos e pessoas que se utilizam da nossa atividade para cometer assaltos, entre outros tipos



FRANCISCO SIEVA

AVENIDA DOS PORTUGUESES ficou tomada pelos motoristas dos “carrinhos”

de violência. Afinal, nossos carros seriam padronizados, os motoristas andariam fardados e pagariam os impostos necessários para exercer o trabalho”, declarou.

De acordo com Wanderlan Pinto, cadastrados na Coopettaib, existem atualmente 180 motoristas, mas atuando de forma clandestina esse número sobe para mais de 500 condutores. Ele disse que no dia 7 de julho, deste ano, o prefeito Edivaldo Holanda teria se reunido com a categoria e prometido regularizar o serviço de ‘táxi-lotação’; porém, não teria cumprido e acionou os motoristas juridicamente no intuito de suspender as atividades. “Em março deste ano, o juiz José Figueiredo dos Anjos, da 3ª Vara da Fazenda Pública, proferiu sentença favorável à cooperativa, garantido o direito de exercermos os serviços. Porém, na última

semana, a desembargadora Nelma Sarney, atendeu o pedido do prefeito e deu decisão favorável a ele, suspendendo o efeito do nosso recurso. Somos trabalhadores e pais de família, precisamos ter o nosso direito assegurado novamente e, por isso, não vamos permanecer de braços cruzados. Quantas vezes for preciso a gente vai parar a área Itaqui-Bacanga”, afirmou.

Por volta das 10h30, um representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), foi até o local do protesto e informou aos manifestantes que hoje (15), às 9h, o secretário Carlos Rogério Araújo receberá uma comissão dos trabalhadores. Os manifestantes liberaram a via; mas, afirmaram que, se não houver acordo com a Prefeitura, novos protestos serão realizados no eixo Itaqui-Bacanga.

MIUDINHAS

- A desembargadora Cleonice Freire, presidente eleita do Tribunal de Justiça para o biênio 2014/2015, despediu-se, ontem, da 3ª Câmara Cível, onde atuava desde 1999, afastando-se apenas em 2010 e 2011 para assumir a vice-presidência da Corte, e em 2012 quando integrou a 1ª Câmara Criminal.
- Atual conselheiro federal pelo Maranhão e ex-presidente da OAB/MA, o advogado Raimundo Marques, foi empossado como presidente da Academia Maranhense de Letras Jurídicas na última sexta-feira (13), em solenidade realizada na sede da Ordem Maranhense.
- O evento contou com a presença do presidente da Seccional, Mário Macieira, juízes, promotores de Justiça e advogados.
- Raimundo Marques iniciou seu discurso de agradecimento com uma homenagem a Nelson Mandela, a quem chamou de “o guerreiro da paz e o paladino das lutas contra o preconceito racial”.
- Ele pediu aos presentes um minuto de silêncio em memória do líder antiapartheid.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO MARANHÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2013 (SRP)
Processo Administrativo n.º 41.525/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Estadual n.º 24.629/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, Tipo **MENOR PREÇO, LOTE ÚNICO**, pelo Sistema de Registro de Preços, para locação de grupos geradores de energia elétrica a diesel, incluindo transporte, instalação, combustível, operação, manutenção e desinstalação, para utilização nos Fóruns da Comarca do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, bem como a possibilidade de eventuais instalações em locais onde houver unidades do Poder Judiciário, no dia **30/12/2013, às 09:00 horas (Horário de Local)**. O Pregoeiro informa que o edital se encontra disponível na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA, copiado mediante entrega de mídia CD-R ou PEN-DRIVE gratuitamente.

São Luís, 16 de dezembro de 2013.

RAULIFRAN DA SILVA COSTA
Pregoeiro TJ/MA

								
<p>ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SÃO LUIS JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL FÓRUM DES. SARNEY COSTA, AV. CARLOS CUNHA, S/N., CALHAU</p>								
<p>EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo do Edital: 30 Dias)</p>								
<table><tr><td>Reg.Distribuição</td><td>:43624-92.2013.8.10.0001</td></tr><tr><td>Denominação</td><td>:Adjudicação Compulsória</td></tr><tr><td>Parte(s) Requerente(s)</td><td>:Bernarda do Nascimento Monteles</td></tr><tr><td>Parte(s) Requerida(s)</td><td>:Alexandre Nelson Silva de Faria Stela Fontoura Faria</td></tr></table>	Reg.Distribuição	:43624-92.2013.8.10.0001	Denominação	:Adjudicação Compulsória	Parte(s) Requerente(s)	:Bernarda do Nascimento Monteles	Parte(s) Requerida(s)	:Alexandre Nelson Silva de Faria Stela Fontoura Faria
Reg.Distribuição	:43624-92.2013.8.10.0001							
Denominação	:Adjudicação Compulsória							
Parte(s) Requerente(s)	:Bernarda do Nascimento Monteles							
Parte(s) Requerida(s)	:Alexandre Nelson Silva de Faria Stela Fontoura Faria							
<p>O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MARCIO CASTRO BRANDÃO, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA 11ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUIS, ESTADO DO MARANHÃO NA FORMA DA LEI, ETC.</p>								
<p>CITAÇÃO DOS EVENTUAIS INTERESSADOS</p>								
<p>FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) CITADO a(s) parte(s) requerida(s), ALEXANDRE NELSON SILVA DE FARIA, brasileiro, separado, comerciário, CPF nº 065.005.283-87, RG nº 198.310 SSP-MA e STELA FONTOURA FARIA, brasileira, separada, aposentada, CPF nº 095.012.903-87, RG nº 112.833, ambos residentes e domiciliados em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, para querendo, contestarem a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, que terá início findo o lapso temporal de 30 (trinta) dias indicado neste, sob as cominações da revelia e confissão. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.</p>								
<p>Dado e passado <u>nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria da 11ª Vara Cível. Aos 05(cinco) de dezembro de 2013</u>. Eu, <u>Maria da Paixão Ataídes Lima, Secretária Judicial</u>, o fiz digitar e subscrevi.</p>								
<p> Marcelo Castro Brandão Juiz de Direito respondendo pela 11ª Vara Cível</p>								

Maranhão tem o pior acesso à Justiça e DF, o melhor, aponta estudo

O Brasil tem 311 advogados para cada grupo de 100 mil habitantes. Já o número de defensores públicos, que representam gratuitamente os que não têm dinheiro para contratar um profissional, é quase 80 vezes menor: 3,9 para cada 100 mil brasileiros.

Os números fazem parte

do Atlas do Acesso à Justiça no Brasil, que será lançado hoje pelo Ministério da Justiça. Indicadores que serão divulgados em um portal mostram ainda o número de promotores e juízes, além de órgãos de controle, núcleos de mediação comunitária, delegacias, Procons e cartórios. Serão disponibilizados também endereços de órgãos da área em todo o país.

O ministério criou ainda o Índice Nacional de Acesso à Justiça (Inaj). O último colocado no ranking, onde o acesso é mais difícil, é o Maranhão, com 0,04. O Distrito Federal tem o melhor indicador: 0,38. O índice do país é 0,13. (*Painel, da Folha*)